A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

ANDRESSA BRAGA DO PRADO

RESUMO
A pesquisa tem como objetivo avaliar a importância do papel da família no processo de ensino-aprendizagem de crianças, como resposta do Sistema Educacional Brasileiro, para garantir seu direito à educação. São oferecidas diretrizes que permitem que as famílias trabalhem com uma visão inclusiva em diferentes espaços e contextos. São abordadas as considerações teóricas que permitem à discussão conceitual para introduzir as discussões nos espaços socioeducativos e o problema do processo de ensino-aprendizagem dos afetados causada por essa necessidade, abordando o papel da família para inclusão na sociedade deles. A reflexão surge de uma experiência de pesquisa desenvolvida na cidade de São Paulo. Onde métodos científicos, análise de conteúdo, histórico - lógica, análise e síntese, dedução e indução, e observação foram aplicados. O resultado alcançado está enquadrado na proposta de diretrizes para as famílias no contexto da escola inclusiva, como uma ferramenta que favorece a aprendizagem de seus filhos, que promove sua qualidade de vida e, com ela, sua inclusão na sociedade.
Palavras-chave: Família. Ensino. Aprendizagem das crianças. Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual vai mudando de maneira acelerada, graças aos avanços da ciência e da tecnologia, mas também às mudanças ambientais; como todo sistema a sociedade é um sistema social complexo que, por sua vez, é movimentada mediante as relações dos microssistemas que a conformam-se. Nesse movimento, a educação tem uma função fundamental, pois ela é quem garante que as novas gerações estejam preparadas para viver em harmonia com as demandas sociais; mas nesse processo a escola tem a responsabilidade de oferecer de maneira organizada e planejada, os conhecimentos necessários para se enfrentar as novas realidades.

Dowling e Osborne (1996) destacam que é claro que as escolas não estão livres de mudanças em uma sociedade onde tantos eventos estão acontecendo e cada dia trata-se de melhorar as condições para que as tarefas de aprendizagem sejam realizadas. Nesse sentido, como microssistema social aberto, tendente a mudar, está disposta a levar em conta alternativas, com limites facilmente reconhecíveis, não muito rígidas, e uma organização que permite influências externas sem que a equipe de educação as experimente como uma ameaça à sua própria integridade.

Instituições de ensino e famílias buscam criar canais de comunicação e espaços de interação, pontes onde se encontram, apoiam uns aos outros, escutam uns aos outros e valorizam a tarefa educativa em uma teia de realidades diversas, desiguais e complexas. Levando-se em conta a pluralidade cultural, aceitá-la como riqueza educacional gera múltiplas relações, novos diálogos que permitem explicar as propostas da escola respeitando o funcionamento familiar, as internações do cotidiano e entender suas dificuldades (FREITAS, 2006).

Na maioria das escolas públicas brasileiras, tem-se notado que hoje as famílias não estão mais dando tanta importância em participar da vida escolar dos seus filhos e estão deixando para a escola toda e qualquer responsabilidade em educar. Nesse sentido, justifica-se a realização dessa pesquisa com o intuito de investigar quão prejudicial pode ser para a aprendizagem do aluno a não participação da família no elo estabelecido entre família e instituição escolar, considerando que o papel da família em educar possui grande influência na formação do aluno e exerce funções fundamentais no processo de ensino e aprendizagem do estudante.

A participação da família no processo de aprendizagem do aluno, bem como o acompanhamento escolar ainda não é algo frequente na maioria das escolas de educação pública infantil. Nesse sentido, tanto a escola quanto a família não compreendem seus

papéis no contexto educacional da criança, causado sobretudo pela ausência na participação dos pais na escola, levando a família a ter dificuldade em entender o que a escola transmite para as crianças. Assim, surge a seguinte questão-problema: Qual a importância da relação entre a família e a escola no desenvolvimento da aprendizagem da criança?

Diante do exposto, diferentes medidas foram adotadas no Brasil, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamenta disposições constitucionais e estabelece padrões relacionados à proteção do aluno, como tema principal da relação escola-família, nesse sentido, por exemplo, várias estratégias são realizadas para alcançar a integração família-escola, uma vez que as análises mostraram que muitas transformações são alcançadas, porém os resultados mostram que a família carece de preparação para assumir a aprendizagem de seus filhos, aspecto que dificulta seu desempenho no cuidado de seus filhos.

Com base nisso, é objetivo o desenvolvimento desta pesquisa, para que seja abordada a importância do papel da família no processo de ensino-aprendizagem, como forma de melhorar a qualidade de vida de alunos, especificamente aqueles; a fim de facilitar a proposta de ações de educação domiciliar para aumentar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e o desempenho de suas famílias.

Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados métodos como análise e síntese e indução e dedução, além de entrevistas, análise de documentos e observação. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura, que permitiu assumir posições teóricas e considerações que sustentam a importância do papel da família na aprendizagem de seus filhos; que foram codificados e organizados em quatros eixos: A família e a escola, hoje uma só instituição em cenários diferentes, A unidade dialética entre escola-família. O role educativo dos pais e da família. O papel da família, o processo de ensino-aprendizagem e a proposta de orientações para a família. A análise dos documentos foi coletada em maio de 2022.

Nesse sentido, esta pesquisa visa analisar o vínculo escola-família como garantia da continuidade do processo pedagógico. Através de uma pesquisa bibliográfica permitirá meditar sobre as transformações pelas quais estão passando as instituições família- escola e como estas podem acompanhar as mudanças sem perder de vista o objetivo comum que é educar a criança e constatar a importância dessa parceria como contribuição para a melhoria da qualidade do ensino. Por elo se pretende propor estratégias inclusivas para favorecer a relação entre escola e família no desenvolvimento da aprendizagem da criança na sociedade de hoje. A partir da análise das fontes (publicações, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico e meios de comunicação serão analisados autores como: (VASCONCELLOS, 2008; PLACCO, SOUZA e ALMEIDA, 2012; SANTOS,2013; BUSQUETS 2000; CASALE e RUS 2003; GARRETA e LLEVOT, 2007), entre outros.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A FAMÍLIA E A ESCOLA, HOJE UMA SÓ INSTITUIÇÃO EM CENÁRIOS DIFERENTES

Após o nascimento de uma criança e durante os estágios iniciais de seu desenvolvimento como um "ser social" começa a receber a educação da família "primeiros saberes", então esses "conhecimentos" continuam na escola. O desenvolvimento dos pequenos é influenciado por contextos que estão relacionados uns aos outros, na forma de uma rede. É evidente que alguns dos contextos dessa rede estão mais distantes, mas não há dúvida, que o contexto familiar e escolar está próximo da criança e entre si (entre família e escola), constituindo-se como cenários essenciais para seu desenvolvimento, mas não os únicos.

Enquanto a família é o primeiro mundo social do menino e da menina em seu início de vida, a família não desempenha mais seu papel socializador totalizador em outros tempos. Hoje, outros atores sociais assumiram muitas das funções que antes eram de responsabilidade da família.

Na verdade, como Bronfenbrenner defendeu (1987), os médios rompem a uniformi-

dade entre as duas instituições, no que diz respeito às obrigações e experiências que trazem às crianças, é um elemento positivo para elas, uma vez que isso afeta a aquisição de uma série de competências, que promovem o desenvolvimento responsável e autônomo das crianças ao longo de seu processo evolutivo. Isso pode ser vislumbrado, pois sendo diferentes contextos, eles devem implantar todas as suas habilidades no momento de tomar uma decisão por si mesmos, condicionados pelo ambiente em que se encontram, assumindo, em última instância, a responsabilidade pelas consequências que suas ações, promovidas por essa decisão, geram.

Portanto, como Oliveira e Palácios bem se manifestam (2000), esse contraste entre as duas instituições, pode ser entendido como a busca por um equilíbrio, uma vez que a criança está recebendo demandas diferentes, mas ao mesmo tempo complementares, afetando-o positivamente como pessoa, uma vez que favorece um desenvolvimento harmonioso.

Para entender o fenômeno da relação escola-família, vamos começar reconhecendo cada elemento dessa relação. Por sua vez, conceptualmente a família é definida como um grupo primário unidos principalmente por laços de sangue e afeto (GOMES, 1988). Também é considerada como uma instituição básica e fundamental da sociedade, orientada e organizada para responder e satisfazer os requisitos de seus membros, vinculando-os ao mundo social, possibilitando assim a internalização, a recreação e a perpetuação da cultura através do processo de socialização (SZYMANSKI, 2002).

A família é o contexto inicialmente responsável pelo processo educacional segundo Ruiz e Fernández (2009):

É na família que são estabelecidas as primeiras diretrizes de socialização e os primeiros aprendizados orientados à maturidade, cuidado e responsabilidade e é onde se estabelecem os laços de afeto e relacionamento que durarão a vida toda e que devem dar oportunidades de bem-estar, desenvolvimento e ser favorável ao processo de socialização no âmbito da cultura familiar e da cultura do lugar onde você vive (identidade cultural) (RUIZ e FERNÁNDEZ, 2009, p.132).

Esse processo de desenvolvimento pessoal, no caminho da cultura, é fundamental desde os primórdios, só pode ocorrer em um clima de segurança e confiança. As crianças, por causa de sua fragilidade, precisam desse ambiente onde os adultos dão respostas educativas, tomam decisões e se relacionam com os outros casos de socialização: escola e comunidade, onde têm que incorporar gradualmente.

É com essa prática cotidiana da paternidade que as habilidades são fortalecidas e novos recursos são encontrados, pois é, no cotidiano, que aprendemos a responder às necessidades que não têm esperança (BACH, 2008). Assim, o grupo familiar, em sua privacidade, pode decidir as prioridades e formas de resolver as situações do cotidiano, mesmo que nem sempre sejam coincidentes com as dadas em outros contextos e, em muitos momentos, o grau de demanda não é aceitável de acordo com o olhar profissional ou nem sempre responde aos conselhos dados.

Não se trata, portanto, de propor uma prática manual do que precisa ser feito, nem um modelo de estilo educacional rígido, mas o que se busca é valorizar o lugar da família como um lugar de direito, participação e destaque sem confusão nas obrigações, prioridades, responsabilidades e julgamentos de incompetência ou falta de exercício do papel parental (TORRES, 2001).

Os membros da família, não vivem isolados do ambiente. Uma das competências que a família tem é estabelecer vínculos, mais ou menos intensos com o ambiente próximo para torná-lo um apoio social essencial para sentir membros da comunidade em que você vive e ser um fator de aprendizagem relacional para as crianças. Encontrar ele permite que as relações e espaços sociais de participação sejam expandidos com sucesso e respondam a muitas preocupações e possam ser constituídos como um grupo de apoio à creche ou em momentos críticos. Relembramos que o mundo de hoje é dividido em físico e virtual.

Entre os dois, com missões bem diferenciadas, eles pretendiam formar cidadãos de acordo com o que a sociedade daqueles

tempos considerava como o perfil certo. Ao longo dos anos, a sociedade passou por uma série de mudanças, que tiveram um impacto significativo nas funções da família e da escola, e isso torna inevitável, que nos encontremos em um momento em que é difícil definir quais funções cada um tem, e que deve se sobrepor, refletindo a necessidade de gerar espaços, tempos e ações conjuntas, para que, com a colaboração de ambos os agentes, possamos responder às peculiaridades da formação dos cidadãos. (FACHIN, 2011).

2.2. A UNIDADE DIALÉTICA ENTRE ESCOLA--FAMÍLIA

As relações família- escola é um tema recorrente no estudo da educação, pois têm sido objeto de reflexão e análise há anos. No passado, essas relações eram geralmente consideradas na perspectiva de uma divisão de funções, colocando que a família era a instituição responsável pela socialização das crianças e da escola responsável pelo ensino do conhecimento. As mudanças vivenciadas pela sociedade têm ajudado a eliminar, cada vez mais, os limites entre as duas instituições e suas respectivas funções. Assim, é fato que nas últimas décadas os roles trocam-se, a escola começou a assumir em muitas ocasiões aspectos da socialização primária que antes eram para as famílias e que, paralelamente, a mídia e a tecnologia permitem que grande parte da aprendizagem tradicionalmente considerada como escola seja adquirida em outros ambientes, incluindo a família (OLIVERA, 2009).

Atualmente, o conceito de participação inclui uma visão ampliada na qual as relações família-escola são propostas como ferramenta essencial para a melhoria dos processos e resultados educacionais. Nessa perspectiva, o papel dos pais é considerado fundamental no desempenho acadêmico das crianças, enfatizando a necessidade de direcionar esforços para uma colaboração eficaz entre pais e escola. Este é o postulado essencial da chamada abordagem de envolvimento dos pais, que começou há mais de vinte anos no ambiente anglo-saxão, que vem se espalhando progressivamente por outros países para se tornar a perspectiva dominante na análise das relações família-escola hoje (CUNHA, 2010).

No entanto, é evidente que ambas as instituições continuam a constituir contextos de aprendizagem, e é de suma importância hoje que as duas compartilham a responsabilidade de treinar as novas gerações. Família e escola têm o objetivo comum de formar a personalidade de cada sujeito, que é única e que precisa encontrar coerência e continuidade entre os dois contextos.

Nem a família, nem a escola devem enfrentar o desafio da educação sozinho em nossos dias. Portanto, quando a relação entre família e escola surge em termos de complementaridade e a necessidade de alcançar a colaboração adequada entre eles é pouco questionada. Tal cooperação deve, de qualquer forma, respeitar o direito fundamental dos pais como primeiro responsável pela educação de seus filhos.

Ao respeito, Parolin (2003) assegura:

[...] tanto para a família quanto à escola desejam a mesma coisa: preparar-se como crianças para ou para o mundo; não, entretanto, para a família tem suas particularidades que, ao contrário da escola, e suas necessidades que o aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, não enquanto isso ela precisa da família para concretizar ou seu projeto educacional. (PAROLIN, 2010, p.93)

É critério de cientistas da Psicologia, Sociologia e Pedagogia que as relações familiares e escolares sejam complexas. Essa complexidade, é discutida na literatura especializada por Busquets (2000); Casale e Rus (2003); Garreta e LLevot, 2007 e outros, que apontam que são mundos com experiências vitais, ritmos, expectativas, tipos de organização e diferentes experiências. Para que as crianças possam processar esses dois mundos e vivê-los positivamente, é essencial para garantir a segurança emocional na construção de sua própria identidade pessoal e social (ARNAIZ, 2001).

Sainz e Acuña (2009) consideram a família e a escola os dois contextos mais influentes no desenvolvimento da infância, por isso é essencial realizar uma relação baseada na

confiança, cordialidade e complementaridade. Ambos os contextos visam promover o desenvolvimento integral e natural dos pequenos, a importância de traçar uma linha educacional clara e coerente que siga o mesmo caminho.

Essa relação segundo Jean Piaget (2007) é:
[...]uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50).

As influências sobre a criança, segundo Vila e Casares (2009), cria um tecido de aprendizagem individual, crescimento pessoal e conhecimento sobre o ambiente ao seu redor. De acordo com esses autores, para falar de educação compartilhada, a relação escola-família tem que ir, além do simples contato nas entradas e saídas e troca de informações, muitos outros conceitos como comunicação e participação (MORON, 2006). A participação é, em essência, fundamental e estrutural, não pode ser acessório ou opcional. Quaisquer ações educativas devem ser imediatamente colocadas em diálogo e discussão com famílias e cidadãos.
Na busca de unidade de ação, ambos os contextos devem ser organizados e estruturados de tal forma que, em sua operação, sejam um ambiente real de desenvolvimento, uma vez que, na casa ou na escola, o desenvolvimento não é garantido. É claro que fazer parte dessas duas instituições é promover o desenvolvimento, mas o essencial é que as experiências vivenciadas em ambos os ambientes sejam tão complexas e reais quanto possível, para que se assemelhe ao que na realidade as crianças encontrarão. Portanto, a complementaridade entre a família e a escola é necessária, de modo que o que eles transmitem é um aspecto a ser em mente (PIAGET, 2007).

2.3 O ROLE EDUCATIVO DOS PAIS E DA FAMÍLIA.

A família é a primeira escola de crianças, eles aprendem muitas coisas com os adultos e muitas vezes as imitam, as necessidades biológicas, psicológicas e sociais negligenciadas criam uma demanda latente que se manifesta em um estado de tensão, insatisfação, insegurança, agressão e desvalorização pessoal. Se você ouvir seus pais falarem para resolver um problema, eles entenderão que através do diálogo e do acordo mútuo as dificuldades podem ser resolvidas, um ambiente familiar cheio de confiança e compreensão para que a criança se expresse livremente, manifeste seus gostos, seus desejos, seus sentimentos que ele aprende a ouvir e respeitar os outros, para que haja uma inter-relação positiva.
Pesquisas descobriram que a afetividade da educação familiar está altamente relacionada à autoestima, práticas parentais e estilos disciplinares empregados pelos pais em casa (BAUMRIND, 1966; GRONE, 1980; AMATO E OCHILTREE, 1986; LAMBORN E COLL 1991; ORTEGA, 1994).
Os pais que empregam disciplina permissiva tentam se comportar de forma não sancionada e com aceitação diante dos impulsos, desejos e ações da criança. Eles evitam o controle e fazem da criança poucas exigências de responsabilidade e respeito em casa. Os pais são representados como um recurso para a criança, que pode ser usado como ele deseja, e não como figuras para imitar, nem como agentes responsáveis para regular seu comportamento; permitindo que a criança se comporto livremente, sem obrigações ou considerações de normas sociais.
A família tem a responsabilidade de conscientizar sobre a necessidade do processo educativo na convivência familiar e que a definição de objetivos e conteúdo para sua orientação, facilite a sistematização e a acessibilidade do processo em seus momentos de desenvolvimento. Assim, assume a exigência de criar condições e conhecimentos prévios relacionados à prevenção de alterações comportamentais e ao processo educativo na convivência familiar, como aprendizados básicos que levam aos novos saberes

e experiências da família para desenvolver um processo de orientação educacional de qualidade adequada.
É que a família pode considerar, ao se relacionar com as crianças, as experiências que vivenciam e determinar o significado que adquirem por todas as influências que recebem do ambiente em que vivem e se desdobram. Para isso, é necessário saber que as experiências determinam como as inter-relações sociais que as crianças estabelecem nas atividades que realizam, influenciam seu desenvolvimento e que há uma articulação marcante entre todas as influências, na qual sua subjetividade se manifesta. Ao mesmo tempo, é necessário assimilar que o essencial não são as influências que a criança recebe do meio ambiente, os fenômenos naturais ou fatos sociais da vida cotidiana, ou seja, as próprias situações, mas como a criança as vive e o que ela vivencia.
Penetrar no mundo interior da criança, atendendo às manifestações de sua subjetividade, deve permitir que a família preveja o impacto que um determinado evento pode ter sobre ela e através de uma comunicação eficaz prepare-a para enfrentar diversas situações ou mudanças que possam afetar suas necessidades e gerar experiências afetivas que deixam rastros e levam ao surgimento de alterações em seu comportamento. Por tais razões, a família deve criar, por exemplo, uma disposição positiva para a chegada de um irmão, para que este momento tenha um significado pessoal agradável e experimente a necessidade de compartilhar com ele sua vida familiar ou criar condições para que a criança enfrente a perda de uma figura afetiva, ou seja, deve ser propícia, com os métodos e meios escolhidos, desenvolver recursos que permitam que quando isso ocorrer não haverá experiências afetivas que gerem alterações comportamentais ou encontrem soluções para os problemas que surgem.
Também é necessário que a família conheça as funções da experiência, para que as considerem na educação e regulação do comportamento da criança. A família deve entender que a função regulatória ocorre em consonância com a forma como o sujeito, por experiência afetiva, sinaliza o objeto dela; nesse sentido, quando sinalizam positivamente o objeto, regulam o desempenho do sujeito na direção dele, enquanto as experiências afetivas que sinalizam negativamente o objeto regulam o desempenho do sujeito na direção oposta.
Um elemento importante para que a família possa atender ao significado que a criança dá aos diversos objetos e situações, é o cumprimento das funções da comunicação, conseguindo a transmissão das informações sem negligenciar o aspecto afetivo para que os conteúdos sejam percebidos como necessários e não faltem sentido e perda de atenção. A função regulatória excessiva se manifesta quando os adultos se envolvem principalmente com as crianças para controlar seu comportamento, constantemente dizendo-lhes o que devem ou não fazer; isso faz com que as crianças se sintam gerenciadas, causando rebeldia, atitudes agressivas, insegurança e dependência. Embora o excesso de afeção muitas vezes crie extrema dependência dos adultos, 73 expressos em comportamentos típicos de crianças mais jovens, também os torna hipersensíveis a qualquer influência do ambiente que possa afetar a satisfação imediata de seus desejos.

2.3. 1 Vinculação família-escola.

A preparação intelectual da criança na escola não é suficiente, pais e professores devem cultivar o delicado campo de afeto, pois emoções, sentimentos são substância da comunicação com as crianças, a dinâmica familiar pode melhorar se todos os membros participarem, opinião, contribuição; daí a importância de realizar reuniões onde questões espinhosas que causam ações judiciais e preocupações são discutidas ou tratadas; em reuniões esses assuntos podem ser discutidos sem gritar, ou ficar com raiva, mas começando a aceitar as falhas, reconhecendo as qualidades dos outros.
Os agentes educacionais devem garantir que a família entenda e leve em conta que as crianças, por suas próprias características, não podem ser vistas como fonte de acolhimento e transmissão de informações exclusivamente, por tais razões ao se comunicarem, com diferentes recursos verbais e não verbais, emoções e sentimentos que re-

velem a relação afetiva estabelecida com o conteúdo ou tema na comunicação e com os participantes. Só assim será possível interagir produtivamente, chegar a acordos e produzir mudanças no comportamento infantil, que é uma expressão da função regulatória e, por sua vez, será capaz de prevenir distúrbios de comportamento.

Nesse sentido, o intercâmbio entre agentes educacionais e familiares deve incentivar as orientações para estimular a apropriação de conhecimentos, métodos e formas de ação que garantam que mobilize os recursos personológicos que mais influenciam seu desempenho, modificando as interações sociais que se estabelecem através da comunicação na convivência familiar, a fim de alcançar um processo educativo de qualidade no qual se preste atenção às experiências e, consequentemente, à prevenção de experiências e, consequentemente, à prevenção de experiências e, consequentemente, à prevenção de experiências distúrbios comportamentais. Por sua vez, a colaboração de crianças e crianças deve levar a formas positivas de agir, permitindo que as crianças enfrentem situações e as resolvam de forma independente.

Os pais, dentro das instituições de ensino, podem estar envolvidos, Por meio de boletins informativos, visitas, reuniões de pais, reuniões de pais e professores e o uso de outros recursos familiares são tentativas reais de ensinar aos pais o valor de participar fora do quadro escolar (CATALDO, 1991, p.59)

Onde eles são fornecidos com ajuda dos pais para se envolverem nos processos pelos quais seus filhos passam e que os pais às vezes poderiam estar vivendo internamente, isso permitiria que os pais se envolvessem no processo ensino-aprendizagem da educação, ao mesmo tempo em que valorizassem o trabalho dos professores, o que os impediria de serem, em última instância, responsáveis na educação de seus filhos.

Por diferentes razões multifatoriais mães e pais não se engajam no desempenho escolar de seus filhos e filhas, porque ignoram que são os primeiros agentes educacionais de seus filhos e não dos professores, delegando-lhes essa grande responsabilidade. Aos poucos vem tomando conta uma concepção que mostra a importância da apropriação ativa pelo tema dos deveres culturalmente organizados como fonte de seu desenvolvimento desde

A construção do sentido implica a possibilidade de colocar adequadamente as coisas, estados, ações, nos contextos culturais da realidade que se tornarão conhecidos. Significados estão na mente, mas sua origem está na cultura (e, portanto, na família), o que garante sua negociação e, finalmente, a comunicação ... (COLL, 1995:175)

A educação não acaba na escola, porque é certamente muito importante. É também por isso que a família, a escola e a comunidade em que está inserida compartilham um projeto que envolve critérios educacionais comuns para a educação infantil. Então, educar da escola envolve influenciar um coletivo de crianças, mas também no tecido social. A escola deve ser capaz de construir e proclamar a partir dele um projeto coletivo e que afirme a solidariedade e os valores igualitários e use todos os procedimentos – dentro e fora – para defendê-lo. Assim como a sociedade, com o bem e o mal, já está presente na escola. Essa relação professor-pai ainda é regida hoje pelo modelo tradicional de educação, onde apenas os pais são convidados a comparecer em conjunto por problemas comportamentais, desempenho ruim, sem ambos ultrapassarem o limite já estabelecido.

3. CONCLUSÃO

Com base nos fundamentos teóricos existentes sobre o assunto, entende-se que é necessário continuar aprofundando em busca de ferramentas que contribuam para proporcionar à família das crianças, formas e métodos, para obter resultados positivos em sua aprendizagem, de maneira que permita uma maior socialização em aspectos da vida cotidiana e do meio ambiente, essenciais para o adequado cumprimento dos objetivos do processo educacional.

Analisando os resultados, permite compreender a importância da família na aprendizagem de seus filhos, a fim de alcançar com êxito a inclusão social e, portanto, aumentar a qualidade de vida de seus filhos, cumprindo o papel isso corresponde a eles, de acor-

do com as leis em vigor.

Com base no exposto, pode-se argumentar que as diretrizes propostas são uma ferramenta valiosa para as famílias na aprendizagem de seus filhos. Eles são flexíveis o suficiente para se ajustarem aos interesses e possibilidades da criança e da família, proporcionando desenvolvimento na aprendizagem de seus filhos e, assim, aumentando a qualidade de vida para inclusão na sociedade.

4. REFERÊNCIAS

ACKERMAN, N.W. Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares. Porto Alegre: Artes Médicas. 1986.

ALVES, Z. M. M. Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. Em Z. M. Biasoli-Alves & R. Fischman . 2012

ARNAIZ, V. La seguridad emocional en la educación infantil. Em M. ANTÓN & B. MOLL (coord.) Educación infantil. Orientaciones y Recursos (0–6 anys). Barcelona: CISS–Praxis. 2001.

BACH, E. Adolescentes, qué maravilla. Barcelona: Plataforma Editorial. 2008.

BAPTISTA, M. N. & TEODORO, M. L. M. Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenções. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed. 2012.

BILLARD, J. Escuela y Sociedad (Traducción Vásquez, Eduardo). Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales. Mérida-Venezuela. Enero-Diciembre. Nº 7, pp. 167-186. 2002.

BOLÍVAR, A. Familia y escuela: dos mundos llamados a trabajar en común». Revista de Educación, 339, pp. 191-146. 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (BR). Art. 226, parágrafo 7, Cap 7: Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso. Brasília (DF); Senado Federal; 1988.

BRONFENBRENNER, U. La ecología del desarrollo humano. Barcelona: Paidós. 1987.

BUSQUETS, M. Família i escola bressol: una relació a vegades complexa. In-fàn-ci-a, p.114. 2000.

CAMARGO & BOSA. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Rev Bras Psiquiatr. V.28, pp.47-53. 2006

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.110, p. 143-155, jul. 2000.

CASALE, D.; RUS, E. La relacióambels pares a l'escolabressol. In–fàn–ci–a, p. 130. 2003.

CUNHA, M. A. O conceito de família e sua evolução histórica. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 set. 2010. Disponível em: www.investidura. com.br/biblioteca-juridica/artigos/história-do-direito/170332-o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica. Acesso em: 06 set. 2025.

DIEZ-CUERVO, A. Modelos neurobiológicos del trastorno autista. EN: El autismo 50 años después. M. Crespo y cols. Ed.: Amarú, España, 1993. p. 85 – 104

DOWLING, E.; OSBORNE, E. Familia y escuela. Una aproximación conjunta y sistémica a los problemas infantiles. Madrid: Paidós Temas de Educación. 1996.

ENGUITA, M. Educar es cosa de todos: escuela, familia y comunidad. Em JORDI GARRETA (ed.), La relación familia–escuela. Lleida: Universitat de Lleida, pp.13–32. 2007.

FACHIN, R. A. G. Em busca da família do novo milênio. Rio de Janeiro: Renovar. 2011.

FONSECA, H. V. História de vida de uma professora de alunos com Autismo: constituição da identidade profissional. Dissertação de mestrado, Universidade católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil. (2009).

FREITAS, I. A. Família e Escola: A Parceria Necessária na Educação Infantil. Presidente Prudente: Unoeste. 2006.

GALINDO, O.E. Estrategia educativa dirigida a la preparación de la familia para estimular el componente fonológico del lenguaje en niños y niñas del sexto año de vida. Tesis de Maestría. Universidad de Ciencias Pedagógicas "José Martí", Camagüey, Cuba. 2008.

GARCÍA-PEÑAS et al. Alteraciones de la sinaptogénesis en el autismo. Implicaciones etiopatogénicas y terapéuticas. Revista de Neurología, 54, 41-50. España. 2012.

GARRETA, J.; LLEVOT, N. La relación familia–escuela: Universitat de Lleida. 2007.

GOES, R. S. A escola de educação especial: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. 2012.

GOMES, H.S.R. Um estudo sobre o significa-

do de família. Tese de Doutorado. PUC-SP. 1988.
GUTIERREZ, L. Relación entre los estilos de aprendizaje y el rendimiento académico. São Paulo: Atlas. 1991
Lei n. 9.263 de 12 de janeiro 1996. Función Familiar. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 1996.
MONTENEGRO, N. Sistema de actividades para la orientación a la familia de los escolares de cuarto grado, en la escuela primaria 8 de octubre de Santa Cruz del Sur. Tesis de Maestría
OLIVEIRA, N.H.D. Recomeçar: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009.